

### Multivercidade diferocrática pedanalítica?

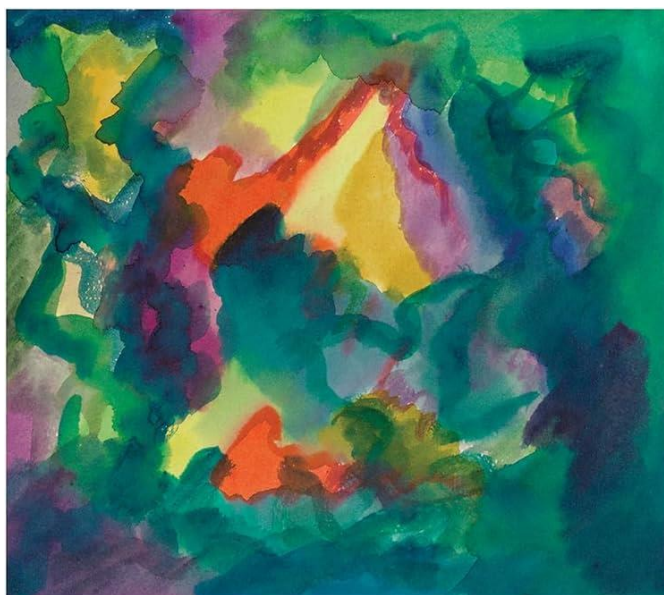
### Pedagoanalytical differocratic multivercity?

### Multiverciudad diferocrática pedaganalítica?

Resenha de Gurski, R.; Lima, Laguárdia, N. [orgs]. *Psicanálise, educação e política na universidade e na cidade*. São Paulo: Benjamin Editorial, 2023.

*Estanislau Alves da Silva Filho<sup>1\*</sup>*

Apresentam-nos as organizadoras: ‘os textos aqui reunidos – pois trata-se de uma coletânea com 16 capítulos distribuídos em cinco seções – foram construídos ao longo de mais de três anos (redigidos fundamentalmente em tempos pandêmicos, o que de acordo com a Organização Mundial de Saúde seria entre 30 de janeiro de 2020 e 5 de maio de 2023), a partir das práticas de pesquisas e de extensões coordenadas pelos membros do Grupo de Trabalho em Psicanálise e Educação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp), renovando o compromisso ético-político do grupo com a realidade do país e com o futuro de nossas universidades, depois de ter sido o tema da articulação entre psicanálise, educação e política na



## PSICANÁLISE, EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA UNIVERSIDADE E NA CIDADE

Rose Gurski e Nádia Laguárdia de Lima  
organizadoras

universidade e na cidade já trabalhado ao longo do biênio 2018-2020 e de ter frutificado em livro anterior publicado pelo grupo [GURSKI, Rose; VOLTOLINI, Rinaldo. *Retratos da pesquisa em psicanálise e educação*. São Paulo: Contracorrente, 2020]. Se no primeiro livro se enfatizou e avançou nas reflexões acerca de métodos de pesquisas utilizados nos estudos de psicanálise e educação, no presente, que se originou do desenrolar das interlocuções dos membros pesquisadores do grupo, inseriu-se a nomeação da política como outra ponta do tripé que, embora já lá estivesse inserida nas pesquisas-intervenções,

---

<sup>1\*</sup> Psicanalista, doutor em Psicologia Clínica pelo IP-USP.

merecia a focalização e o desenvolvimento em termos mais diretos’, de modo que assim nos informaram das problematizações norteadoras bases elencadas: ‘de que forma o discurso neoliberal vem modificando o dia a dia das instituições educacionais? Como a barbarização e demonização da cultura, da ciência e da pesquisa afetam os laços sociais e a produção de conhecimento nas universidades? De que modo retomar a possibilidade de sonhar com um amanhã no campo da educação? Como a precarização das vidas de adolescentes repercute na construção do futuro da nação? Qual o lugar do sujeito e da palavra nas instituições de educação e de saúde do país? De que forma as políticas públicas de educação, discutidas a partir das construções psicanalíticas, podem contribuir com a grave crise social e política?’

Não é pouco. Que tal adicionarmos a estas algumas outras perguntas, quem sabe ainda mais específicas, respondidas ou investigadas nos textos ali encontrados, como forma de pensá-los, justamente sugerindo as suas invaginações em repercussão, mas igualmente em deriva das suas prenunciações, tamanha é sua amplitude de articulações?

Senão, vejamos:

Como anda a saúde mental de estudantes universitários? Por que aumentam estudos e discussões sobre saúde mental e mesmo prevalência de transtornos mentais entre estudantes universitários quando comparados à população em geral? Como o sistema capitalista neoliberal, valendo-se de uma ‘sociedade do desempenho’ empresarialmente individualizante (sem mediações simbólicas, responsabilizando competitivamente segundo uma lógica de êxito e fracasso), promove mal-estar na universidade? Como o tempo livre grego, *scholé* vingou-se numa universidade externamente ultra-demandante e adoecedora (jamais uma escola de aprendizagens formadora de laços solidários)?

O que dizem os sonhos de quem educa? O que tais sonhos refletem do político-social? Como chegamos historicamente ao atual cenário brasileiro no que se refere à educação (com cópias ‘coloniais’ e impregnações neoliberais inclusive na constituição)? Que efeito catártico ou sublimação seria necessário para que o recalçado pedagogo da Grécia Antiga, que era um escravo encarregado da formação educacional dos filhos da elite helênica, não retornasse como o atual professor-escravo? Que luto e elaboração permitirão um novo imaginário político?

E o ensino básico, quão condenado está aí? Diante de quadro político tão desfavorável, considerando perdas de autoridade e padecimento psíquico de professores e estudantes, como falar de algum sujeito como ‘péssimo’? ‘Recordar, repetir e elaborar’ permitirá um além da pesquisa-ação e da pesquisa participante, numa pesquisa-intervenção salutar o bastante ao sufocado educador-professor, tão afogado nos entraves imersivos e submersivos do magistério brasileiro? Que professores o nosso ensino superior produz – e em quais condições? Como não os escutar?

A passagem da Idade Média para a Moderna, marcada pela estrangulação temporal coletivizada, deixará algum espaço para experiências benjaminianas? Digitalização, fragmentação atomizada e produtividade – não só informacional – permitem alguma vivência? Como jogar tempo fora nesse mundo? Tempo é dinheiro? Pode-se perder tempo? Como fazer brotar caules verdes vivos num asfalto cinza morto?

Que mais brota no Brota, programa de extensão idealizado e coordenado por professores pesquisadores de diversas unidades acadêmicas da UFMG, desenvolvendo oficinas de arte realizadas por estudantes universitários – dança, fotografia, gastronomia, artes plásticas, teatro, circo e escrita criativa – e rodas de conversa sobre adolescência, sexualidade, família, território, violência e política, realizadas por estudantes de psicologia/psicanálise (sendo público-alvo os estudantes do último ano do ensino fundamental, entre 14-16 anos, com prioridade dada a escolas de periferia)? Tempo?

Ainda quanto a adolescências, o que é que fica apagado e doendo através de escolas que não ensinam aos sujeitos que ali frequentam qualquer desejo de viver, propiciando amparos diante de afrouxamentos dos laços familiares, sem vivificar construções de alteridade e culturais ou mesmo com o saber? O que contam, dizem, e falam as autolesões, escarificações ou *cutting* de uma adolescente pobre? Como uma escola descola ainda mais o que já está deslocado e sem lugar?

E os efeitos segregantes de medidas socioeducativas de internação? (Socio)educação ou (socio)segregação? Se um Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fora um marco legal crucial garantidor e defensor de direitos, inclusive criando estratégias de reinserção ao comunitário na existência de ato infracional (medidas socioeducativas possuem finalidade pedagógica, embora facilmente possam cair num modo de violência e segregação quando ‘isoladas’), como fazê-lo de fato operar?

Poderia a escola estar morrendo em medicalização, tomando suas últimas pílulas de veneno sem remédio? O que acontece com a diagnóstica e a medicação da infância e da escola (para além de tudo)? Medicina e pedagogia transam mesmo para fazer desaparecer a juventude e criar o infértil, descaracterizando *o escolar*? Mudam-se os nomes e as moscas para se preservarem as hegemonias e as cadeias de poder? Se obedecer objetivamente não é consentir subjetivamente, como legar sem autoritarismo?

Outrossim, quais seriam as facetas de um discurso médico não homogêneo responsáveis pela medicalização desconsideradora do contexto social e escolar? Que leis e aparatos jurídicos, tão bem munidos de drogas e diagnoses, se imiscuíram em ataque ao infante-escolar? Mas mesmo que não fosse tão somente ‘ofensiva’ – para contemplar existência de ‘controvérsia’ em ímpetus médicos tais –, como se formam abismos tão colossais entre ‘recomendações’ razoáveis e ‘práticas’ tão espúrias?

Haveria morada hospitaleira à educação-psicanálise-e-saúde? Junta médica com extensão universitária mais pacientes e seus familiares? Pode a cidade alargar-se para acomodar e dar abrigo conjugado? Não é essa a sua ‘função’ – ou condição de existência? O que nos contariam pesquisadores do campo da psicanálise e educação do Núcleo de Pesquisa, Educação e Cultura (Nuppec) da UFRGS que se meteram a ‘jogar fora de casa’, desde suas experiências em um hospital, entre vivos e mortes? Babel?

Enfim, esquecemos da epistemologia? Que mais dizer desde *Freud no século XXI: a atualidade da clínica psicanalítica* e disciplinas de ‘epistemologia e psicologia’ como a ministrada em programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal de Goiás, ou mesmo desde embates e debates da experiência cotidiana de professor da Faculdade de Educação da mesma Universidade (UFG)? Ainda sobre ciência? Com ciência? Ética?

Ou é coisa de formação de professores-pesquisadores? Qual o mal da tendência técnico-instrumental aí? Confusão de pedagogia com ‘instrucionalização’? Como podem saberes científicos e pedagógicos integrados à formação de professores precederem e dominarem a prática da profissão sem serem provenientes dela? Qual higienismo e cognitivização despontam em invasão já desde a primeira infância? Como não ouvir dispositivos formativos que partam de Indicadores de Risco do Desenvolvimento Infantil (Irdi) e Acompanhamento Psicanalítico em Escolas, Grupos e Instituições (Apegi)?

Psicanálise, discurso ímpar sobre o impasse, que o torna facultativo (não é obrigatório, embora justa e potencialmente o traga à tona), serviria mesmo de exemplar enlaçamento, inclusive na formação de professores de inclusão de imigrantes à língua portuguesa? O que nos diz uma *Pesquisa em discurso, educação e psicanálise na formação de professores* realizado na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)? O que é que o estrangeiro não ensina a quem ensina?

Aliás, estrangeiro e estranho no campo escolar, não constituiria mesmo o estágio um justo interstício formativo entre a universidade e o para além dela? Estágio escolar, por excelência, considerando a formação em psicologia, quando crianças e adolescentes estudantes entendem a presença de mais um adulto como a de mais um professor: quais efeitos desta encruzilhada ou entrecruzamento de discursividades, para cada elemento da equação (instituição, estudante, estagiário, professor, senão mais)? Que *insights* temos do relato de uma experiência assim, realizada em escola infantil desde o Núcleo de Educação Terapêutica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo?

Política pública educacional, afinal? Não daria para ignorar concepções de infância introduzidas pela psicanálise neste interregno, daria? Muito menos no âmbito da Política de Educação Especial, não? Embora, mais simplesmente: de que se trataria a mediação escolar e qual a natureza do acompanhamento oferecido por este profissional de apoio (especialmente em termos de inclusão e educação especial)? É legal? Como?

Mais objetivamente: e como sustentar um lugar para o sujeito nas políticas públicas de saúde e de educação? Como legalmente intervir em torno das nomeações diagnósticas – sabendo-se que tais nomeações são já acessos às políticas públicas –? Valerá lembrar-se das experiências de estágio curricular do curso de psicologia da Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo) em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi)? Diagnóstico longitudinal de crianças? Que sujeito haveria aprisionado pelo diagnóstico?

Sujeito, frisar-se-ia, estrangeiro de si mesmo, sujeito exilado, desenraizado, constituído pelo desconhecimento enigmático da dimensão inconsciente? O que nos dizem experiências históricas de psicanálise, educação e política como as *kibutzim*? Uma história, aliás, que poderia testemunhar, na mesma esteira em que o presente livro se insere, o vivo intercâmbio entre campos heterogêneos – diferentes áreas do saber e do fazer humano? Trânsito sempre turbulento e que sempre apresenta dificuldades na manutenção do ‘entre-dois’ na estrada, sem esmaecer as alteridades e independências? Influências mútuas e múltiplas, desde variadas variáveis, se da psicanálise para a educação ou da educação para a psicanálise, se da cidade para a universidade ou da universidade para a cidade, se da política para o ético ou do ético no político, com todos os infundáveis vices e versas aí possíveis (da psicanálise para a política, da cidade para a educação, da ética para a universidade, ou do ético para a psicanálise na universidade, sendo a educação para o político e para a cidade, etc.), não seriam tais as problematizações que o livro propõe – em imenso esforço reflexivo e interventivo de sucesso? Difícil não dizer que sim – eis com o que brincamos no título.

Tanto que haveria factualmente ingratidão em se tentar sintetizar uma viagem tão ampla e longa assim, tão cheia de nuances e curvas, costas e contornos, margens e horizontes. Carece-se de dar tempo, parada, assentamento de bunda para apreciação. Perda de tempo, em observância com lógica não produtivista, isto é, improdutiva, de um ‘a vida não é útil’ de um Ailton Krenak à ‘vadiagem como tecnologia insubmissa’ de um Nêgo Bispo (vadiar não é preguiça, é insubordinação – vadiagem que foi criminalizada com a abolição da escravidão, enquanto direito ancestral de estar fora do relógio do branco). Aprender só acontece quando saber não é mercadoria, quando as relações não são nem de compra e venda visando lucro, nem de corpos domesticados submetidos a camisas de força químicas suportadas pelo vício medicamentoso. Não se vai frutificar com exercício de patrimônio sobre o outro. Haverá o interdisciplinar, o transdisciplinar, o multidisciplinar, mas também ainda o indisciplinar.

Eis o admirável compêndio em livro. Crítico registro em escuta de brasilidades. Sêrio empenho e acurado expediente de transformação. Façamos a hora sem esperar acontecer?

**Citação/Citation:** Silva Filho. E. A. (2025). *Multivercidade diferocrática pedanalítica? Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVII, no.esp.), pp. 169-173.

**Recebido em:** 24/09/2025  
**Aprovado em:** 13/11/2025